



Anais da Assembléia

No. 143

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Ironi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13a.
LEGISLATURA**

**ATA DA 89a. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 1996**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Anibal Khury e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO No. 1062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência aos Projetos de Lei: 17/96, que institui o Programa de Incentivo de Emprego ao Menor Aprendiz; 180/96, que torna

obrigatória a conclusão das obras em andamento ou paralisadas por falta de recursos, antes do início de procedimentos para a construção de novas obras; 196/96, que autoriza o Poder Executivo a colocar catadióptricos (taxas refletivas ou popularmente chamadas de "olho de gato") nas rodovias com tráfego intenso e nos pontos críticos das demais.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO No. 1075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado regime de urgência para o Projeto de Lei no. 204/96, que dá nova redação ao artigo 1o. da Lei no. 6.262 de 10 de janeiro de 1972, que trata do FUNRESTRAN, alterada pela Lei no. 6.470 de 22 de outubro de 1973.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO No. 1053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atividades regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4o. do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em segunda discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO No. 1056

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 1o., III, do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações pelo 20o. aniversário do Museu Histórico Regional de Apucarana (Campus da FECEA - Rodovia BR-376, Km 03, CEP 86800-970 - Apucarana - PR), ocorrido em 24 de setembro deste.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão em Ata de votos de congratulações pelo 20o. aniversário do Museu Histórico Regional de Apucarana, se faz necessário, por se tratar da mais importante instituição a preservar a memória do Norte do Paraná.

É igualmente a única instituição da área, na região que se dedica a manter sempre vivo os fatos históricos do Norte do Estado.

Por isso, o motivo dos votos de congratu-

ações, a fim de divulgar as serviços realizadas por esta instituição.

REQUERIMENTO No. 1066

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros, pela comemoração de seus 84 anos de criação.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Originado nas brigadas de combate a incêndios, através de um grupo de amigos da Sociedade Teuto-Brasileira, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná foi criado oficialmente em 23 de março de 1912 e instalado no dia 08 de outubro daquele mesmo ano.

Ao longo dos anos, o CB passou a desenvolver outras atividades, como busca e salvamento, auxílio na Defesa Civil e atendimento a traumas através do modelar SIATE (Sistema Integrado de Atendimento a Traumas e Emergências).

Atualmente a instituição vem realizando extraordinário trabalho na área de prevenção, com palestras e vistorias, o que já contribuiu para redução do número de incêndios.

Mas ao falarmos do CB não podemos deixar de lembrar do heroísmo que caracteriza o trabalho dos seus profissionais, sempre expostos a grandes riscos para o salvamento de vidas em nossa sociedade.

Que o presente Requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder Legislativo ao Comandante, a todos os Oficiais, Praças e demais servidores que concorrem com seus esforços para as atividades do Corpo de Bombeiros em benefício da população do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO No. 1072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, por assumir o cargo de Governador do Estado do Paraná no dia de hoje.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.20.96

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO No. 1073

Senhor Presidente.

Curitiba, quarta, em 09.10.96

A Assembleia que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Colégio Cajuru), representado pela Irmã Páscoa Gasparin e pelo Professor Dagoberto Garcia, quando aquela instituição de ensino comemora seu 90o. aniversário, conforme disposto no Artigo 1342 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento, solicitando que o presente voto seja enviado para a Avenida São José, Bairro Cristo Rei, CEP 80050-350, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO No. 1055

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Doutor Lubomir Antonio Ficinski, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Doutor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda; Doutor Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos (R\$ 399.760,00) para a Santa Casa de Paranavaí.

(a) Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

É notório as dificuldades por que passa a Santa Casa de Paranavaí.

Atualmente está na iminência de ser fechada nos próximos trinta dias, caso não haja liberação de recursos de forma integral. O Convênio de R\$ 399.760,00 foi assinado conforme consta do Diário Oficial do Estado, de 28.06.96, página 33.

É de extrema importância para Paranavaí e região a continuidade dos serviços prestados pela Santa Casa.

É dever do Estado assegurar o tratamento médico e hospitalar, por isso urge-se a liberação destes recursos.

REQUERIMENTO No. 1058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Leônicio Vieira de Rezende Neto, Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público comunitário (uso de cartão) na Rua Jussara, 2855, Bairro Novo A - Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1060

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor João Batista Ferreira da Cruz, solicitando providências no sentido de atender a população da Rua Júlio César Sternareski, 2000 - Mergulhão.

Segundo correspondência, o córrego localizado no endereço, necessita ser saneado, uma vez que vem causando doenças.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Edson Luiz Vidal Pinto, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania.

1. Que se manifeste a respeito de documentação em anexo.
2. Quais são os convênios assinados por esta Secretaria visando o atendimento da Defensoria Pública e cópias dos mesmos.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Recebi em meu gabinete os documentos anexos (RG 8461/96 de 11.09.96), que solicita manifestação deste Parlamentar sobre fatos que vêm ocorrendo na Defensoria Pública. Não estando sobre a minha alçada é que solicito pronunciamento deste órgão.

REQUERIMENTO No. 1063

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, no sentido de atender o pedido dos motoristas que utilizam a Rodovia do Café até o Viaduto do Orleans, os quais solicitam reparos na mesma, uma vez que há muitos buracos.

Os transtornos causados são muitos, além do perigo constante de acidentes que podem ocorrer. Os reparos precisam ser executados o mais breve possível, sendo que a cada dia a situação vem se agravando.

Informações complementares podem ser obtidas com o Senhor Josias Vilas Boas pelo telefone 273-6532.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1064

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador

da Estrada, para que instale a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar o problema de queda de energia que vem ocorrendo na região de Campo Magro - PR, proximidades da Estrada do Cerne, Km 1.

Pelo menos duas vezes na semana a população vem sofrendo este problema. A energia fica somente em meia fase, demorando muito para voltar ao normal.

Informações complementares podem ser obtidas com a Senhora Ivonete Nogueira, pelo telefone 767-1139.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1065

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no sentido de atender o pedido da Senhora Hilda Moreira, a qual solicita agilização no Processo de Revisão de Pensão referente ao Protocolo de no. 35183.006278/96-07 de 27.05.96.

Informações complementares podem ser obtidas com a requerente, através do telefone 971-3953.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Artagão de Matos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, solicitando auditoria contábil/administrativa na Prefeitura Municipal de Goioerê, pelas seguintes razões:

1. Salários atrasados;
2. Aumento do número de Secretários e cargos comissionados (excesso de cargos);
3. Indícios de contratações irregulares;
4. Indícios que funcionários públicos municipais fazem serviços particulares (chácara do Senhor Prefeito);
5. Indícios de irregularidades na prestação de serviços da Senhora Áurea C. de Souza Vilas Boas (funcionária do Banco do Brasil e da Prefeitura);
6. Execução de obras sem projeto;
7. Execução de obras sem ser contemplado no orçamento (exemplo: hipódromo);
8. Indícios de uso de pessoal e maquinário da Prefeitura na propriedade particular do Prefeito, como por exemplo: feitura da curva de nível;
9. Depredação do meio ambiente: ao fazer o Passeio Público a terra era retirada da margem do rio;

10. Suspeita de irregularidade nas transações comerciais (notas fiscais) com a Mercantil Beneski, Banda Musical (Banda Municipal), Farmácia Bom Jesus, Depósito Santa Izabel, Metalúrgica São Francisco, Milton Piovezan Ltda. e Hotel Daimaru;
11. Transferência do Centro Comunitário Bandeirante do Oeste (Distrito), que era de madeira, para a propriedade rural (sítio) do Prefeito;
12. Excesso de pagamento de horas extras para alguns funcionários, de 60 a 160 horas/mês;
13. Análise quanto a legalidade da antecipação das férias escolares feita pelo Decreto no. 2333/09/96.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, solicitando sobre a situação funcional do Senhor Lorival Rosa.

O referido senhor passou em Concurso Público da Polícia Civil (no. do protocolo: 15078) e não foi contratado. Por ocasião da contratação o mesmo não conseguiu fazer o treinamento requisitado vindo a fazê-lo posteriormente.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Hitoshi Nakamura.

1. Quantas empresas retiraram o Edital para participar das obras de Edificação na Floresta Estadual de Palmitos?
2. Quantas apresentaram propostas?
3. Qual foi a Empresa vencedora?
4. Qual foi o critério usado?
5. Foi feito o Relatório e Impacto Ambiental da área?
- 5.1. Se sim, solicitamos cópia.
- 5.2. Se não, por quê?

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO No. 1074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que informe:

1. Quantos elementos da Polícia Militar, Casa Militar, Polícia Civil e da P-2 - Serviço Reservado

de Informações, foram designados para trabalharem no Município de Fazenda Rio Grande antes e no dia das eleições de 03 de outubro de 1966, sem requisição da Justiça Eleitoral; e quanto custou essa operação aos cofres públicos?

2. Quantos Policiais Civis e Militares, P2, trabalharam à paisana?
3. Por que o Senhor Dair Antônio Pereira de Andrade - Delegado de Polícia de Fazenda Rio Grande, ficou retido em Curitiba no dia das eleições de 03 de outubro de 1966?

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI No. 438/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação da Família e Integração do Menor - AFIM, com sede e foro em Laranjeiras do Sul - PR.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Família e Integração do Menor - AFIM, constituída e mantida sob a égide das Leis 6.994/78 e 8.589/87, tem sede e atuação na Rua Marechal Rondon, 1771, Município de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, em funcionamento desde 1987, cuja atuação é marcada pelo atendimento sócio-educativo aos menores carentes, integrando a criança e adolescente às suas famílias. A atividade desenvolvida abarca desde o reforço escolar até a cursos profissionalizantes, além de recreação.

Atualmente passa por dificuldades de ordem econômica-financeira, haja visto o número, sempre crescente, de carentes em face dos escassos recursos material e humano para assisti-los.

O título pleiteado, portanto, ajudará a instituição a prosseguir com suas atividades em favor daquela parcela populacional marginalizada.

PROJETO DE LEI No. 439/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica denominado o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Enira de Moraes

Ribeiro, em Paranavaí, de Dom Benjamim de Souza Gomes.

Art. 2o. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) **WALMOR TRENTINI**

JUSTIFICATIVA:

Em 17.11.96, faleceu em Paranavaí, onde residia, Dom Benjamim de Souza Gomes.

O falecido, Bispo Emérito de Paranavaí, pessoa muito ligada à Itapeva-BA e um dos maiores responsáveis pela criação da Diocese de Itapeva, nasceu em Ouricangas - BA, em 27 de novembro de 1911. Fez seus estudos em Petrolina (PE), Botucatu e São Paulo. Ordenou-se padre em 08 de dezembro de 1941 pelas mãos do saudoso Dom José Carlos de Aguirre, em Sorocaba. Em 22 de dezembro desse mesmo ano, foi provisionado vigário cooperador da Catedral de Sorocaba. Em 27 de dezembro de 1942 foi nomeado pároco de Itaberá, então diocese de Sorocaba e em 06 de julho de 1945, pároco de Itapeva, onde permaneceu até maio de 1961, desligando-se da cidade para assumir o cargo de Vigário Geral da Diocese de Sorocaba em 28 de maio de 1961. De padre como chegou, deixou Itapeva, no alto cargo de Monsenhor. Em 11 de novembro de 1966, foi nomeado pároco da Catedral de Nossa Senhora da Ponte em Sorocaba. Em 12 de abril de 1967, foi nomeado Vigário Episcopal de Itapeva, onde foi o grande responsável pela elaboração documental para a criação da Diocese de Itapeva ocorrida em 02 de março de 1968, por ato do Papa Paulo VI. Em 11 de março deste mesmo ano, Dom Benjamim era nomeado pelo Papa Paulo VI para a recém criada Diocese de Paranavaí, no Paraná.

Em 09 de junho de 1968, Dom Benjamim foi sagrado Bispo na Catedral de Sorocaba. Foram consagrantes o Nuncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastião Baggio, Dom Almir Marques Ferreira e Dom José Melhado Campos.

Tomou posse na Diocese de Paranavaí em 07 de junho de 1968.

Em 15 de agosto de 1991, já na condição de Bispo Emérito, festejou em Paranavaí seu Jubileu de Ouro de Ordenação Sacerdotal e seu 80o. aniversário natalício. Em 09 de junho de 1993, debaixo de grande manifestação de amor e carinho por parte de seus diocesanos, Dom Benjamim comemorou, junto a inúmeros itapevenses que se dirigiram a cidade paranaense, seus 25 anos de ordenação episcopal.

Homem de vasta cultura, jornalista, escritor e orador, sabia conquistar as pessoas, dedicando-se ao pastoreio de maneira notável o que o fez por todos os lugares por onde passou, alvo de muita admiração e estima. Por onde passou, Dom Benjamim deixou grandes amizades, entre elas em Itapeva que hoje chora seu passamento.

A fim de homenagear o Bispo da Diocese de Paranavaí, para que seja lembrado futuramente é que apresentamos este projeto de lei.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI No. 440/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Planta Jardim Pioneiro, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) **ALGACI TÚLIO**

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 13 de dezembro de 1987, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, a Associação de Moradores da Planta Jardim Pioneiro, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1o. Ofício, em conformidade com as exigências da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação foi constituída com a finalidade de congregar os moradores da Planta Jardim Pioneiro e outro que dela venham participar, estimulando a união e a solidariedade entre eles, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 6º do seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para a declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da Associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem exercido a representação dos moradores da localidade supramencionada, sendo responsável por importantes conquistas para aquela população.

PROJETO DE LEI No. 441/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos das Vilas São Fernando e Santa Mônica, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2o. - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1ª de junho de 1985, com sede e foro nesta Capital, a Associação de Moradores e Amigos das Vilas São Fernando e Santa Mônica, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em Estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício de Curitiba, em conformidade com as exigências da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação foi constituída com a finalidade de congregiar os moradores e amigos das referidas vilas e outras que venham a integrá-la, apoiando suas legítimas aspirações e pugnando por seus interesses e direitos, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 3º do seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da Associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem exercido a representação dos moradores das localidades supramencionadas, sendo responsável por importantes conquistas para aquela população.

PROJETO DE LEI NO. 442/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Volley-Ball, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 10 de abril de 1953, com sede e foro nesta Capital, a Federação Paranaense de Volley-Ball, é pessoa jurídica de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado sob no. 4732, livro "A", junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício de Curitiba, em conformidade com as exigências da Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Federação foi constituída com a finalidade de dirigir, difundir e incrementar, diretamente ou através de seus filiados, o volley-ball no Estado do Paraná, de conformidade com as determinações legais e princípios básicos da Confederação Brasileira de Volley-Ball, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 4º do seu Estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente

projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da Federação para tal reconhecimento, pela seriedade com que tem exercido a representação das associações e ligas filiadas que praticam o referido esporte em nosso Estado.

PROJETO DE LEI NO. 443/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Capítulo I

Da Formação Profissional

Art. 1º - Os "Técnicos em Óptica" e os "Técnicos Auxiliares em Contactologia" são os profissionais formados em cursos específicos da rede de ensino profissionalizante do 2º Grau, com duração de 01 (um) ano e cujos estabelecimentos poderão manter convênios de aprendizado, conforme as necessidades, com instituições privadas ou oficiais.

Art. 2º - O grau de instrução para o ingresso será o 1º Grau completo.

Art. 3º - Para ministrar o curso de "Técnico em Óptica", serão necessários instrutores com aprendizado e experiência em óptica por mais de 10 (dez) anos e registrados nas repartições competentes de cada Estado, Território ou Distrito Federal.

Art. 4º - Somente médicos com especialidade em Oftalmologia e inscritos no Conselho Federal de Medicina poderão ministrar aulas no curso de "Técnicos Auxiliares em Contactologia".

Capítulo II

Do Técnico em Óptica

Art. 5º - São atribuições do "Técnico em Óptica:

a) verificar e atestar a qualidade da matéria prima a ser empregada no fabrico de lentes e próteses;

b) fabricar as lentes de óculos, conforme a prescrição médica e comercializá-las na forma da lei;

c) fabricar lentes de contato;

d) fabricar lentes intraoculares e próteses estéticas oculares;

e) responsabilidade técnica e representatividade do estabelecimento de óptica, ficando solidariamente responsável com o(s) proprietário(s) por qualquer infração;

f) assinar livro de registro do receituário médico, indicando o nome e endereço do paciente, nome do médico, grau das lentes e data

de aviamento, devendo a mesma ser numerada com termo de abertura e encerramento e rubricado pela autoridade sanitária competente; e

g) deverá exercer suas atividades em estabelecimento de óptica que mantenham laboratórios aparelhados para a finalidade proposta, não necessitando que os mesmos estejam no mesmo local de comercialização.

Art. 6ª - O "Técnico em Óptica" poderá receber orientação ou aconselhamento do médico oftalmologista que prescreveu a receita para melhor aviamento da mesma, de acordo com as exigências técnicas e nunca com vínculos de natureza comercial.

Art. 7ª - O "Técnico em Óptica" somente poderá exercer a profissão se estiver registrado no órgão competente das Secretarias de Saúde dos Estados, Territórios ou Distrito Federal.

Capítulo III

Das Correlações dos Técnicos em Óptica, dos Estabelecimentos de Ópticas e seus limites de Ação

Art. 8ª - Em cada estabelecimento de óptica deverá ter um "Técnico em Óptica" responsável, devidamente habilitado.

Art. 9ª - As lentes de óculos somente poderão ser comercializadas e vendidas para pacientes dentro de um estabelecimento comercial mediante receita médica específica.

Parágrafo Único - É proibida a venda de óculos por vendedores ambulantes.

Art. 10 - Os estabelecimentos do ramo que fabricam lentes de contato, intraoculares ou próteses estéticas oculares, deverão fornecer aos médicos, às clínicas médicas e aos hospitais, para serem adaptadas ou implantadas nos olhos dos pacientes pelos médicos, que farão uso das mesmas como produto final de sua atividade.

Art. 11 - É vedado aos "Técnicos em Óptica" ou a estabelecimentos de ópticas:

a) ao óptico responsável por mais de um estabelecimento de óptica;

b) manter em seus compartimentos ou dependências, consultório médico ou sua instalação em lugar de acesso obrigatório ao estabelecimento ou vinculado ao mesmo;

c) ajustar com médicos ou instituições de saúde a redução ou gratuidade de consulta para clientes que lhes encaminhar;

d) reembolsar valor de honorários de consulta médica com a finalidade de atrair clientes;

e) utilizar ou manter, mesmo que não funcionando, aparelhos próprios para exame de olhos;

f) fazer teste de visão a título gratuito ou oneroso;

g) permitir que seus funcionários ou terceiros pratiquem optometria, refração, testes de visão, adaptação de lentes de contato, próteses estéticas oculares ou artefatos similares nos olhos dos pacientes;

h) vender lentes de grau sem receita médica específica, ou substituir lentes danificadas sem a devida anotação da receita anterior no livro de registro e desde que esta não tenha sido prescrita há mais de 12 (doze) meses; e

i) fazer publicidade de qualquer espécie contrariando as vedações contidas neste artigo.

1ª - A prática das atividades constantes nas letras "a", "b", "c", "d" e "i" deste artigo levará o infrator a pena de suspensão das atividades profissionais do "Técnico em Óptica" e comerciais do estabelecimento, pelo prazo de 30 (trinta) dias e na reincidência, o fechamento do estabelecimento com a cassação do diploma do "Técnico em Óptica" medidas que serão tomadas pela autoridade sanitária competente sob pena de responsabilidade funcional, ou, na sua ausência, pela autoridade policial.

2ª - A prática das atividades constantes nas letras "e", "f", "g" e "h" implicará em crime de exercício ilegal da medicina, na forma capitulada e sob as penas do artigo 282 do Código Penal.

3ª - A prática das atividades constantes nas letras "e", "f" e "g" implicará na apreensão e perda em favor do Estado dos aparelhos, produtos e artefatos utilizados pelo infrator nos atos proibidos, independente da responsabilização penal aludida no # 2ª.

4ª - O aviamento de receita médica contrariando as prescrições nela contidas ou a venda de lentes de contato a quem exibir receita específica para óculos de grau, implicará em crime de fornecimento de substância medicinal em desacordo com a receita médica, na forma capitulada e sob as penas do artigo 280 do Código Penal.

Art. 12 - É atribuição dos "Técnicos Auxiliares em Contactologia" auxiliar ao médico na adaptação de lentes de contato, realizado sob a supervisão e responsabilidade direta deste, as tarefas que este julgar convenientes.

Art. 13 - É vedado ao "Técnico Auxiliar em Contactologia":

a) exercer a profissão sem devida supervisão direta e estrita do médico; e

b) exercer a profissão em casas comerciais.

Parágrafo Único - A infração às letras "a" e "b" deste artigo, implicará na cassação do diploma do profissional.

Art. 14 - O "Técnico Auxiliar em Contactologia", para exercer sua profissão, deve

estar regularmente inscrita na renariação competente das Secretarias de Saúde dos Estados, Territórios ou Distrito Federal.

Art. 15 - Os "Técnicos em Óptica" ou em "Contactologia" e os Ópticos ou Contactólogos práticos que possuírem certificados de aprendizado ou exercerem a profissão por mais de 10 (dez) anos e estarem registrados nos órgãos sanitários competentes, ficarão automaticamente gozando de todos os direitos, prerrogativas e deveres do presente Decreto.

Art. 16 - As Secretarias de Saúde dos Estados, Territórios ou Distrito Federal, serão órgãos fiscalizadores e normativos na observância do presente Decreto.

Art. 17 - As penalidades cominadas nesta lei serão aplicadas pelos órgãos competentes das Secretarias de Saúde dos Estados, Territórios ou Distrito Federal, ressalvada a competência do Poder Judiciário para o processamento dos atos capitulados no Código Penal.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos por Instruções ou Portarias do Ministério da Saúde.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.96

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição vem atender solicitação da Associação Paranaense de Oftalmologia. Denuncia ato expressamente proibido pelo Conselho Federal de Medicina, ratificado pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná, que define a adaptação de Lentes de Contato como Ato Médico.

É reconhecida a necessidade de que as lentes de contato sejam aplicadas pelo médico, o qual detém de maneira exclusiva a competência profissional e a responsabilidade pela adaptação e suas possíveis consequências sobre a saúde do paciente. Tal prática não está isenta de complicações, principalmente em mãos não habilitadas, podendo até causar a cegueira. Para a correta adaptação e controle do paciente usuário de lentes de contato se faz necessária a utilização de equipamento exclusivo de uso do médico oftalmologista.

Apesar da matéria estar fundamentada por decretos faz-se necessário reforçá-la através de lei pertinente.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou usando o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, para fazer uma breve exposição da viagem que fizemos em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para o vizinho País, o Paraguai.

Esta Casa já aprovou um Requerimento, já há alguns meses atrás, demonstrando preocupação quanto a prisão de uma paranaense naquele País, a paranaense Rosemary Garcia Ferreira, e esta Assembléia Legislativa constituiu uma comissão de Parlamentares para visitar as autoridades paraguaias e também a referida presa naquela País.

Foi presa esta moça sob a acusação de estar portando quatro quilos de cocaína no Aeroporto de Assunção, e tudo indica, e todos os indícios dão o rumo de que ela estava sendo pressionada e que ela foi sequestrada e forçada a fazer aquele transporte. Em função desses indícios a Câmara de Vereadores de Londrina, a Cúria Metropolitana de Londrina, o Prefeito de Londrina, e mais um abaixo assinado de cerca de oito mil pessoas se manifestaram favorável à libertação dessa cidadã paranaense.

O Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, nomeou uma Comissão composta por mim, Deputado José Maria Ferreira e Deputada Irondi Pugliesi, para irmos até Assunção. Infelizmente o único Deputado que viajou fui eu e isto entendo como bastante sério e me preocupei muito por isto, porque tal viagem foi solicitada pela Presidência desta Casa ao Itamaraty, para que o Itamaraty fizesse uma agenda naquele País. Feita a agenda, solicitado a disponibilidade dos Deputados para ficarem fora do Brasil por dois dias - nos dias 26 e 27 - tendo que viajar no dia 25. Não indo os demais Deputados, indo somente um, senti pessoalmente, isto, uma grande insatisfação das autoridades brasileiras naquele País. Entendendo como desrespeito, foi assim que as autoridades brasileiras entenderam a não ida dos demais Parlamentares, como desrespeito àquelas autoridades.

Estivemos lá e no dia 26 às 9:30 horas, participamos de uma reunião com o Fiscal General Del Estado do Paraguai, Anibal Cabrera Verón.

O Dr. Anibal Cabrera tem um cargo semelhante ao do Procurador Geral da República do nosso País. Às 11:30 horas estivemos com o Deputado Juan Gilberto Orella, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. E, naquele mesmo dia a tarde, às 16:00 horas, estivemos na Prisão "Buen Pastor",

onde fizemos uma visita a Rosemary Ferreira. No dia seguinte, dia 27, participamos de uma reunião junto com a Doutora Leila Rachid, naquele momento exercendo o Ministério das Relações Exteriores, e às 11:00 horas daquele mesmo dia estivemos com o Doutor Arnaldo Giménez Cabral, vice-Ministro da Justiça. E, às 12:30 horas participamos de uma reunião com o Cônsul brasileiro naquele País. Participaram dessa reunião os dois advogados de defesa da Rosemary e também o Conselheiro da Embaixada, o Senhor Pedro Bretas Bastos e mais o vice-Cônsul Leonardo Soterro Caio, assim como o Cônsul Joaquim Palmeiro.

Todas as reuniões foram bastante produtivas, fomos muito bem recebidos pelas autoridades paraguaias. Podemos dizer que todos se encontram sensíveis ao caso desta moça e que o julgamento da mesma se tiver qualquer atraso é por responsabilidade da Polícia Federal brasileira, uma vez que esta Polícia tem que fazer algumas investigações e que não tem feito como deveria. Deverá localizar alguns endereços, alguns telefones em nosso País, para que ela possa comprovar a sua justificativa de que foi vítima e que não é traficante.

O que deu para observar é que a ida só de um Deputado foi bastante constrangedora, uma vez que o Itamaraty tinha marcado uma reunião para uma comissão de três Deputados. A ida de um só foi entendida como desrespeito por ambos os Países. Hoje de volta ao País, já entrei em contato com a Polícia Federal, solicitando agilidade nas averiguações que precisam ser feitas.

Esta semana recebemos mais uma manifestação do Ministério das Relações Exteriores, dizendo que esta cidadã está sendo bem atendida - coisa que constatamos em nossa ida ao Paraguai - e que podemos aqui, sem sombra de dúvida alguma, elogiar o comportamento do nosso Cônsul Joaquim Palmeiro e do nosso Consulado naquele País, que tem feito todo o atendimento necessário. E também recebi esta semana, uma carta da Rosemary, onde novamente ela apresenta o seu grito de socorro por esta situação de ser uma prisioneira em um País estrangeiro.

Concluindo, entendo perfeitamente como boa esta visita, fui muito bem recebido por todas aquelas autoridades. Então, só nos resta elogiar.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati - Obrigado, Deputado Rosinha.

Quero parabenizar a Vossa Excelência pelo esforço humanitário que vem fazendo no sentido que essa nossa conterrânea Rosemary Ferreira, que mora em Londrina, família boa, família tradicional, filha de gente trabalhadora, é hoje vítima desta legislação do Paraguai.

Mas nos cabe aqui louvar o empenho de Vossa Excelência, no sentido que se faça justiça e que esta jovem - que percebemos que, por todos os indícios, por tudo que podemos ler através da imprensa e até mesmo pela formação cristã de sua família - foi vítima de uma armadilha.

Então estamos também em uma expectativa, solidária com Rosemary, com sua família, aguardando com ansiedade que ela seja colocada o mais rapidamente possível em liberdade. Imaginamos o estado de depressão que esta nossa conterrânea vive hoje, no cárcere do Paraguai. O nosso desejo é que, além do trabalho, do empenho, da participação desta Assembléia Legislativa com essa Comissão de Parlamentares, liderada brilhantemente por Vossa Excelência, que também autoridades brasileiras se empenhem no sentido de trazerem de volta - o quanto antes - para o Brasil, esta nossa jovem irmã brasileira, vítima desta armadilha de traficantes de drogas. Ela, naturalmente imbuída de boa-fé, acreditando na possibilidade de um bom trabalho, no aceno de melhoria de vida, acabou sendo vítima, como tantos outros jovens.

Então, Deputado Rosinha, cumprimento e enalteço esse empenho de Vossa Excelência. O nosso desejo - que Deus permita - que as autoridades do governo paraguaio, possam colocar a Rosemary urgentemente em liberdade.

Vemos tanto banditismo no Paraguai, tanto carro roubado do Brasil e levados para aquele País, tanta coisa ruim e, no entanto, vemos a impunidade. De repente, uma jovem como a Rosemary acaba sendo laçada - quem sabe - até para servir de modelo de um falso moralismo pregado por autoridades daquele País. Portanto, Deputado, fico aqui, como cristão, ansioso para poder ver o quanto antes, em liberdade esta jovem, que Vossa Excelência - como eu e outros homens públicos - estão ajudando.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Deputado Belinati, sou testemunha de duas coisas: primeiro, as autoridades paraguaias estão sensibilizadas com o problema. Todas as visitas que fizemos, junto com este Parlamentar, o Cônsul Adjunto do Brasil naquele País, o Diplomata Leonardo de Caio e o Conselheiro da Embaixada Pedro Britas, em todas as reuniões, ao chegarmos, as autoridades paraguaias já tinham conhecimento do caso e já tinham o dossiê nas mãos. Todos eles se mostravam bastante sensíveis ao caso.

As autoridades brasileiras no Paraguai, a Embaixada e mais o Consulado têm feito - pelo menos eu constatei - o melhor dos atendimentos. Contrataram dois advogados, especificamente para o caso dela. Ela tem recebido visitas cotidianamente na prisão. Estivemos com ela também acompanhados de Diplomatas e funcionários daquele Consulado.

O maior problema é aquilo que relatei. A nossa Polícia Federal averigua o que ela diz que

acertar com ela e apresentar prova concreta desses fatos. E que, chegando a este País, na volta já entrei em contato com a Polícia Federal, pedindo agilidade, porque os advogados que estão lá precisam desses documentos para fazerem a defesa dela. Então, o que está mais tardando, é a nossa Polícia Federal, em nosso País. Há um grande movimento - dá para se saber - na cidade de Londrina, em favor da sua libertação.

Fatos semelhantes ao dela, o Cônsul do Brasil no Paraguai, Diplomata Joaquim Palmério nos relatou que, da mesma forma, fato igualzinho ocorreu com uma cidadã espanhola. Só que a cidadã espanhola, na hora que estava indo para o aeroporto, transportando a cocaína no seu corpo - como ela ia sozinha num táxi, porque num táxi atrás é que estavam as pessoas armadas - essa cidadã pediu para que o táxi se dirigisse à Embaixada da Espanha. A Rosemary não teve a criatividade de pedir para que o táxi tocasse para a Embaixada brasileira, tocou para o aeroporto, onde foi pega - enquanto a cidadã espanhola foi protegida pela sua Embaixada e retirada daquele País.

O Cônsul nos relatou esse fato. São dois fatos e ele diz que tomou conhecimento de um terceiro semelhante a esse com uma outra cidadã de uma outra nacionalidade. Então, o que se diz, no linguajar do narcotráfico, essa brasileira foi "mula" no processo de transporte e agora está pagando caro por ter caído nessa armadilha e ter sido essa "mula".

Acho que as autoridades brasileiras têm atuado muito bem e esse Parlamento tem se manifestado favoravelmente, através de Requerimento, bem como nomeado essa comissão que tem acompanhado. Tenho conversado com a família semanalmente, com o Cônsul e com o Itamaraty e acompanhado o processo, bem como conversado com a Polícia Federal para agilizar e, conforme forem ocorrendo os trâmites, farei uso dessa tribuna para expor aos Parlamentares, uma vez que as viagens têm sido pelo erário público, pagas por esta Casa, então é necessário que se tornem públicas todas as nossas ações.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente. Em função da fala do Deputado Fier, tenho a esclarecer que havíamos incluído - a Assembléia, a Casa - eu e a Deputada Irondi Pugliesi como membros da comissão. Isso foi por volta do início de setembro e a resposta da data do agendamento veio no dia 23 de setembro. No dia 23 o Deputado Fier me comunicou dizendo da data, e eu disse que havia assumido compromissos e fiz de tudo para que pudesse estar lá, inclusive tentando ir de Londrina à Cidade de Leste de carro, e não faltou responsabilidade desse Deputado, como disse o Doutor Rosinha,

BARBOSA é fácil atribuir irresponsabilidade quando apenas se tem a palavra.

O Deputado faltou com a ética, com o companheirismo, com a decência, quando num caso em que realmente considero importante, mas era uma questão de agendamento. Solicitei para que fosse dada outra data, e ele disse que teria dificuldade, porque teria que acertar a data entre o Itamaraty e o Governo paraguaio e que então não seria possível. Fiz de tudo para que pudesse agendar, compatibilizar as duas agendas. Infelizmente não foi possível e eu o comuniquei.

Era isto que gostaria de trazer a esta Casa e a esta Presidência.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - A viagem para o Paraguai foi marcada, tanto data como audiências, pelo Itamaraty. O Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, solicitou no início do mês de agosto essas audiências e o retorno realmente só se deu no dia 23 de setembro, como disse o Deputado José Maria. Todos nós tínhamos compromissos: o Deputado José Maria, a Deputada Irondi e este Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Eu sei dos meus compromissos.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Todos nós tínhamos agenda, mas tanto é que liguei para o Itamaraty, conversei com os Diplomatas pedindo a transferência da data e eles nos alegaram que seria difícil, e no mínimo, nos dois meses seguintes seria impossível esta viagem. Procurei substituir um dos Deputados, a pedido inclusive do Presidente desta Casa.

Tentei localizar o Deputado Beto Richa, Eduardo Trevisan e vários Deputados. Conversei pessoalmente com o Deputado Nereu Moura para não ir sozinho, mas entendendo que entre o compromisso desse Parlamento como Deputado Estadual e o compromisso eleitoral, o de Deputado é o compromisso que fica acima do compromisso eleitoral. Suspendi os outros compromissos e fiz a viagem em nome desta Casa e, infelizmente, sozinho, o que não era o meu desejo e não foi bem recebida a viagem só, pelas autoridades brasileiras, lá.

O SR. PRESIDENTE (Lulz Carlos Zuk) - A Mesa

Executiva entende que este mal entendido será oportunamente esclarecido pelos Senhores Deputados. E nós teremos oportunidade de verificar aquilo que realmente é interesse maior desta Casa, que é o respeito desta Casa e dos Senhores Deputados, haverá de se fazer sentir sempre.

O Deputado José Maria Ferreira tem procurado, de todas as formas possíveis, em todas as atitudes que tem tomado, corresponder com o mandato que o povo lhe outorgou. Peço ao

Serviço de Taquigrafia que se alguma coisa foi dita, no pronunciamento feito da tribuna, que seja retirado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - O que eu disse na tribuna, gostaria que fosse mantido tudo, porque assumo a responsabilidade do que falei.

O SR. PRESIDENTE (Lulz Carlos Zuk) - A Mesa já determinou a retirada e vão ser retiradas todas as indicações aonde a falta de responsabilidade realmente não houve. Houve uma falta de oportunidade.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Necessita de apoioamento. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Necessita de apoioamento. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em no. de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Necessitam de apoioamento. Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em no. de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Necessitam de apoioamento. Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2a. DISCUSSÃO - do Projeto e Lei no. 268/96, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Viva com Deus - CREVD, com sede e foro na Cidade de Umuarama, Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 281/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança da Paróquia de São Jorge do Ivaí, do Município de São Jorge do Ivaí. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 333/96, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Fundação Laudellina Pereira Filial de Londrina - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 380/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Universidade Federal do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Lulz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimentos no.s 1058 a 1061, 1076 e 1077, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lulz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento no. 977, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento no. 1053, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos no.s 1055 e 1056, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos no.s 1062 e 1074, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos no.s 1063 a 1065, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expedientes. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1066, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos no.s 1072, 1073 e 1075, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Lulz Carlos Zuk) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra

ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Respeito o pronunciamento do Deputado Rosinha, em relação a ele ir ao Paraguai, porque também recebi - confesso - dezenas de cartas desta jovem, da minha cidade. Recebi dezenas, uma dez cartas devo ter recebido desta menina.

Agora, respeito também o posicionamento do Deputado José Maria Ferreira, porque se não deu para ir, não deu para ir, e o Deputado José Maria Ferreira já tinha comunicado que não iria. Mas agora, Deputado José Maria, sou a favor de direitos humanos para o viciado. Porque eu tive um filho que foi viciado em drogas. Passei na carne, sou um Deputado "cara limpa", Deputado José Maria, não escondo nada da minha vida, minha vida é limpa. Sofri com um filho meu, internei 5 anos. O Governador Álvaro Dias me ajudou muito, Fábio Campana me ajudou muito, e precisei de um grupo de orações, e amigos de Londrina, para salvar a vida do meu filho. E hoje, meu filho está salvo. Me deu três netos maravilhosos. Me deu uma neta agora em Londrina, a Bárbara. E o meu filho hoje é um baíta de um profissional.

Agora, às vezes fico pensando. Penso em direitos humanos para o dependente de drogas. Não me passa pela cabeça que essa menina seja inocente. Não me passa. Não me façam de trouxa, de idiota, tenho 51 anos de janela, sou carrapicho de polícia.

Essa menina leu um artigo - e pode dizer lá em Londrina para quem quiser, não é obrigado a votar em mim, se quiser votar, vota, se quiser, vota no inferno. Não estou preocupado com isso também não, Deputado José Maria. Agora, o interessante é que essa menina leu um artigo na "Folha de Londrina" e se apresentou, e foi levada. Agora, quem, em sua consciência vai deixar amarrar 5 quilos de cocaína no corpo para passar no aeroporto? Ah, Deputado Jocelito, você que vive na crônica policial - ninguém, Deputado. Ninguém! Ninguém vai deixar amarrar 5 quilos de cocaína no peito. O dinheiro é poder, Deputado José.

Então olha, espero que ela pague pelo crime que cometeu. Se tenho bronca de traficantes de droga, inclusive vou fazer um pronunciamento sério a respeito de drogas aqui em Colombo, está uma vergonha o tráfico de cocaína. Temos policiais metidos no tráfico de cocaína. Polícia é para defender os nossos filhos e não para matar os nossos filhos.

Sinto na carne quando vejo o meu filho, que a cocaína deixa um cheiro no ar, Deputado José Maria, meu filho era magro, hoje meu filho é gordo, pesa 100 quilos e se envereda pelo caminho da comida para não se enveredar novamente para o caminho dessa desgraça, dessa maldita herança. Mas consegui salvar, porque a maior clínica do Brasil para se salvar um jovem viciado, é

a clínica Gelinek, no Rio Grande do Sul. Passei ali um ano, na Gelinek, aprendendo, conversando, dialogando e aprendi também muito com o meu filho. Dizer para ele "eu te amo", que às vezes saímos de casa, Deputado, estamos dialogando, entende? "Gosto do senhor, gosto de conversar com o senhor". Às vezes saímos de casa e esquecemos de passar no quarto e dizer "filho, eu te amo".

Tenho um de 15 anos, agora, que é campeão de natacão, inclusive vai indo para Londrina, sábado, para participar de um campeonato de natacão. Hoje de manhã vi ele saindo, falei "filho, eu te amo, pelo amor de Deus, preciso de você para viver!" E os quinze anos é uma idade de adolescentes, que é uma idade que estou lendo, minha esposa está lendo e etc. Temos que nos preocupar, porque quem se envereda nesse caminho, Deputado José Maria, não tem retorno.

E nós temos em Londrina, Deputado José Maria, uma das maiores clínicas do Paraná, que é a Clínica das Palmeiras, do finado Doutor Eber Soares Vargas. Foi uma das maiores capacidades de toxicologia do Brasil. Doutor Eber me ajudou muito. Ele me ajudou a salvar o meu filho, dia e noite para eu salvar o meu filho. Quantas vezes - deixo aqui o testemunho do Deputado Anibal Khury - saí do meu gabinete chorando lágrimas de sangue, não dormia à noite, o telefone tocava e eu entrava em pânico, em desespero, fui internado em Londrina, fui internado aqui. Ficava louco! Aí descobri que quem fornecia a cocaína para o meu filho era um policial da Capital do Paraná. Quer dizer, é duro, Deputado Cartário, é uma desgraça isso, isso é uma quadrilha infeliz.

Hoje, o meu filho está salvo, hoje o meu filho é um orgulho, hoje os meus netos, nós conversamos, discutimos.

No dia da eleição em Londrina, meu filho foi com a minha nora votar no Deputado Antonio Belinati - e não adianta, nós votamos no Belinati, não posso trair o meu Partido Político. E, terminando as eleições, agora, também vou procurar o caminhão de onde caí, não dá para ficar aí.

Agora, até concordo que ela venha para o Paraná, cumpra a sentença aqui e pague pelo crime que cometeu, porque ninguém vai amarrar 5 quilos de cocaína e atravessar um aeroporto. Ah, qual é, malandragem!! Recebeu muita grana para fazer isso!

É um desabafo meu, e só espero que ela pague pelo crime que cometeu aqui no Paraná. E faço um alerta aos Senhores pais que aqui estão e que têm filhos, eu tenho filhos. Aqueles que, como o Cleiton que, ainda não têm filhos, pensem bem, estou fazendo um alerta! Já passei por isso na carne, isso eu falo para o Brasil inteiro e não tenho rabo preso com vagabundo nenhum! Tentaram matar o meu filho, eu salvei o meu filho. O próximo que botar a mão no meu filho eu mato, depois dou um tiro na cabeça, mas ninguém encosta a mão na minha família!

O SR. PRESIDENTE (LUIZ CARLOS ZUK) - Encer-
rada a reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente sessão, marcando outra
para quinta-feira, dia 10, à hora regimental com a
seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei no.s 217,
294, 379 e 385/96.

Levanta-se a sessão.